



José Rodrigues da Costa: a trajetória de um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)¹

THAYNÁ CAVALCANTI PEIXOTO*

José Rodrigues da Costa “costuma entrar na história da imprensa da Paraíba, porque foi da sua tipografia, herdada por seus filhos após a sua morte, que surgiu o jornal oficial da Paraíba, *A União*, Órgão do Partido Republicano do Estado da Paraíba, em 1892” (BARBOSA, 2009:52), jornal este que circula até os dias atuais. Além disso, foram impressos nos prelos² de sua tipografia, sucessivamente entre 1848 e 1862, uma grande quantidade de documentos do governo provincial, alguns escritos de autores da província, como também uma média de 12 jornais que circularam na capital, sendo *O Publicador* (1862-1886), o mais conhecido deles, que além de ter sido de sua propriedade, também foi um dos mais duradouros do período imperial da província.

Desta forma, esta comunicação possui como objetivo a tarefa de traçar a trajetória de José Rodrigues da Costa enquanto um protagonista da produção e difusão da cultura escrita na província da Parahyba do Norte entre os anos de 1848-1866. Para tal análise, estou considerando José Rodrigues da Costa um *intermediário da cultura escrita*³, em consonância com os estudos desenvolvidos por Robert Darnton (2010) e Roger Chartier⁴ (2014). *Intermediários* da literatura, Para Darnton (2010), teriam sido as pessoas que desempenharam atividades de editores, tipógrafos, impressores, livreiros, distribuidores, ou seja, os que foram responsáveis tanto pela produção quanto pela difusão dos impressos. No caso de José Rodrigues da Costa me parece que ele que teria mediado a passagem da palavra manuscrita para a impressa em gêneros não apenas literários, a exemplo de documentos e jornais de cunho oficial.

¹ Este trabalho contém questões e problemáticas que foram discutidas na minha Dissertação de Mestrado: *José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba (1848-1866)*, defendida no dia 30 de março de 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Engler Cury. Para mais informações a respeito das questões aqui presentes ver PEIXOTO (2017).

* Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba.

² Máquinas de impressão.

³ Estou considerando como a palavra escrita na sua forma impressa ou manuscrita (CHARTIER, 2014, p.43).

⁴ Considero que Roger Chartier ao longo dos anos se aprofundou nos estudos sobre as diversas relações estabelecidas entre os indivíduos com o mundo da palavra escrita, pelos processos de produção, transmissão e apropriação dos impressos



Nesse sentido, considero o tipógrafo um importante intermediário da cultura escrita, pois acredito que “[...] os tipógrafos e jornalistas do século XIX eram homens de letras, comprometidos com o saber, que reconheceram rapidamente o poder da imprensa e sua força na divulgação do conhecimento” (BARBOSA, 2010:206). Atrelados à essa noção, foi necessário acrescentar as noções de *culturas políticas*⁵ e *redes de sociabilidade*⁶, para identificar se as relações sociais estabelecidas pelo tipógrafo influenciaram ou não sua permanência no mercado de impressão na capital.

O nome de José Rodrigues da Costa não aparece uma só vez na historiografia sobre a imprensa paraibana, em textos de ampla circulação entre os estudiosos da temática, como: *A Imprensa na Parahyba* (1922), de Alcides Bezerra e *A Imprensa na Paraíba* (1962), de José Leal. Na obra de Antônio Serafim Rêgo Filho, *Síntese Histórica do Jornalismo na Paraíba* (1963), o tipógrafo e seus herdeiros foram mencionados rapidamente como “proprietários do jornal *O Publicador*”. Nesses estudos, fica claro que, o intuito dos historiadores era de descrever os principais títulos e datas de circulação dos periódicos que circularam na Paraíba, tanto na capital quanto em outras cidades, algo característico da escrita histórica à época dos respectivos autores.

Em 1978 Eduardo Martins publicou a obra *A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos* com a intenção de “[...] lembrar aos estudiosos da história da imprensa um dos vultos mais destacados do nosso passado jornalístico e editorial [...]” (MARTINS, 1978:13). Neste livro, o autor descreveu a trajetória da tipografia desde a sua fundação por José Rodrigues da Costa, passando pela transição sob a direção de seus herdeiros até sua inteira dissolução em 1892. Foi a partir desta obra que ficou conhecida a trajetória do “[...] **português** José Rodrigues da Costa [...]” (MARTINS, 1978: 21; grifo meu.), que, em 1834, instalava aquela

⁵ Compreende-se as culturas políticas compartilhando da noção de Serge Berstein (1988), quando afirma que no mesmo espaço nacional é necessário privilegiar a “pluralidade das culturas políticas” (BERSTEIN, 1988:354)., e também corrobora-se com a obra de Rodrigo Patto Motta (2014), quando as define como: [...] um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2014:21).

⁶ De acordo com Jean-François Sirinelli (2003) as “redes”, se formam por meio de laços atados em torno de afinidades ideológicas e culturais formadas entre pessoas de um mesmo mundo, como a redação de uma revista, por exemplo. Já as sociabilidades, segundo Sirinelli (2003), são formadas majoritariamente por duas forças antagônicas, “pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem”, e pela força de exclusão que seriam as “posições tomadas, debates suscitados, e as cisões” (SIRINELLI, 2003:249).



que viria a ser a primeira tipografia de iniciativa privada na capital da província, então Cidade da Parahyba, à Rua Direita, nº 2 (MARTINS, 1978: 21-23). Segundo o mesmo autor, a abertura deste estabelecimento ocorreu após o tipógrafo ter arrematado a tipografia do jornal *O Cruzeiro*, na cidade de Recife, do qual havia feito parte da equipe gráfica, assim como também teria trabalhado na impressão do periódico, *Correio da Paraíba*, que o levou a supor o estado de escassez dos estabelecimentos tipográficos na capital da província Parahyba do Norte, decidindo, então, por instalar uma oficina na capital paraibana.

Entretanto, tendo em vista que o peso da instituição histórica e o *lugar social* dos indivíduos refletem no discurso do historiador e considerando que Martins (1978) foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, torna-se compreensível que sua narrativa de cunho descritivo e, muitas vezes, despreocupada em indicar aos leitores a localização dos documentos, pertence às regras e práticas forjadas e impostas pelos interesses desta instituição à sua época. Logo, por não ter conhecimento e nem acesso aos mesmos documentos utilizados por Martins (1978), em relação às afirmações reverberadas pelo autor, resolvi encarar o desafio de trilhar outros caminhos e fontes⁷ que me dessem mais sustentação para analisar a atuação de José Rodrigues da Costa enquanto tipógrafo na capital da província entre os anos de 1848 a 1866.

Para tanto, baseado no impresso mais antigo, que consegui localizar, publicado em sua tipografia, trata-se de: *Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Provincia da Parahyba do Norte nos anos de 1846 e 1847* (SILVA, 1848), presente no Arquivo Privado Maurílio de Almeida, encontra-se a razão do recorte inicial desta pesquisa, e, finalizo minha análise no ano de 1866 pois foi quando um repentino mal estar tirou a vida do tipógrafo.

Em busca de novos documentos que pudessem me trazer informações mais palpáveis em relação à origem do tipógrafo, localizei no jornal *O Publicador* que José Rodrigues da Costa,

⁷ Meu *corpus* documental é principalmente constituído pelos seguintes acervos: os digitais como o da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e o site *Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19*, onde consegui localizar alguns dos impressos da tipografia de José Rodrigues da Costa; pelo Arquivo Privado Maurílio de Almeida, que foi essencial para a descoberta de jornais, livros, relatórios e coleção de leis da província da Parahyba do Norte; Banco de Dados dos Assentos de Batismo dos anos de 1833 a 1866 do Arquivo Eclesiástico (AEPB), e do Acervo do Cartório Monteiro da Franca, localizei o processo de *Autoamento de uma petição da tutora Joanna Maria do Rosário Costa, de 1873*.



havia nascido no dia 12 de outubro de 1811, na província da Parahyba do Norte⁸. Era o que dizia a nota póstuma escrita em sua homenagem, no exemplar de 12 de novembro de 1866 do jornal *O Publicador*, quatro dias depois do seu falecimento. Ainda de acordo com essa redação, José Rodrigues da Costa teria se inserido no fazer da *arte typographica* após completar seus estudos primários. Angariando os seus “primeiros e fracos recursos, que pode obter de seu trabalho e economia” (*O Publicador*, 12 nov:1866), ele teria decidido aprofundar seus conhecimentos técnicos em Pernambuco. Entretanto, a escola tipográfica da província vizinha ainda “não lhe pareceu o bastante a conseguir o aperfeiçoamento, que desejava, e partiu para o Rio de Janeiro” (*O Publicador*, 12 nov. 1866), onde trabalhou, aprimorou suas técnicas gráficas, “e tornou-se um artista tão perito” (*O Publicador*, 12 nov:1866) publicando impressos em uma tipografia própria. Entretanto, “O amor da pátria, a saudade de sua velha mãe, o chamaram a esta província, onde ele estabeleceu uma pequena e modesta oficina [...]” (*O Publicador*, 12 nov:1866), esta que foi a *Typographia de José Rodrigues da Costa*, em que esteve à frente até seus recém-completados 55 anos de idade, já que, a oito de novembro do ano de 1866 uma grave *apoplexia*⁹ fulminante tirou todos os seus sentidos e sua vida. Ainda neste mesmo exemplar, na última página da seção intitulada *Obituário* consta que foi sepultado no *cemitério público*¹⁰ da capital no dia 9 de novembro de 1866, “José Rodrigues da Costa, 55 annos, solteiro, Parahybano; apoplexia.” (*O Publicador*, 12 nov:1866).

Logo, na tentativa de seguir essa pista sobre as origens de José Rodrigues da Costa foi explorado o Arquivo da Santa de Misericórdia, na tentativa de localizar o seu registro de óbito, já que havia sido sepultado no cemitério público da capital, este que à época estava sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia. Quando foi possível localizá-lo como um dos integrantes desta instituição, tendo ingressado para a Irmandade da Misericórdia, no dia 6 de março de 1853 aos 41 anos de idade, sob o estado civil de solteiro, de nacionalidade brasileira e

⁸ Utilizarei na dissertação a nomenclatura da época, portanto, quando me reporto à Província da Parahyba do Norte, refiro-me ao atual Estado da Paraíba e ao mencionar Cidade da Parahyba estou me referindo à capital, atual João Pessoa

⁹ **Apoplexia.** Privação repentina do uso dos sentidos e movimento (PINTO, 1832).

¹⁰ O primeiro cemitério da capital foi construído em 1855, “porém desde 1850 que já havia uma aprovação da Assembleia para a criação do cemitério na cidade da Paraíba” (MARIANO; MARIANO, 2012:14). De acordo com Nereida Silva, “o cemitério público da capital não foi o primeiro da Paraíba construído tendo-lhe precedido o de Piancó, no alto sertão” (SILVA, 2016:7).



naturalidade da província da *Parahyba do Norte*, por profissão descrita como *commercio*, tendo efetuado o pagamento de uma *joia* de entrada na quantia de 5\$000 réis, e, logo abaixo de seu nome constava: *Nomeado Definidor no ano Compromissal de 1856 e Falleceu a 8 de novembro de 1866*. Partindo dessa fonte presente no Arquivo da Santa Casa e das informações contidas na nota póstuma de seu jornal, inferi, desta forma, que o tipógrafo era mesmo natural da província da Parahyba do Norte, e não *português* como havia afirmado Eduardo Martins (1978).

Todavia, ainda encontro uma lacuna referente ao caminho percorrido pelo tipógrafo até o momento da instalação de sua oficina na capital da província paraibana, visto que segundo Eduardo Martins (1978), o tipógrafo trabalhava em Recife quando arrematara uma tipografia e decidira montar seu próprio negócio na Parahyba do Norte, após saber da escassez de tipografias na cidade. No entanto, já a nota póstuma, originária do jornal de propriedade do tipógrafo, afirmou que ele teria aprofundado seus conhecimentos primeiramente em Pernambuco, a posteriori no Rio de Janeiro, mas que em virtude da “saudade de sua mãe e de sua pátria” resolveu retornar à sua terra natal. Entretanto, até o momento não foram localizados documentos que sinalizassem de fato essa trajetória anterior à instalação da tipografia de José Rodrigues da Costa na Cidade da Parahyba, já que o texto da nota póstuma não indicou as datas dessas possíveis vivências dele nas outras cidades.

Mesmo o tipógrafo tendo falecido sob a o estado de solteiro, pelos indícios presentes na obra de Martins (1978) sabia que José R. da Costa possuía uma companheira e filhos, pois a tipografia passaria, após a sua morte, a se intitular dos *herdeiros de José R. da Costa*. Sendo assim, por meio da fonte cartorial catalogada no Acervo do Cartório Monteiro da Franca, pelo documento intitulado de *Autoamento de uma Petição da tutora Joanna Maria do Rosario Costa*, do ano de 1873. E, a partir do cruzamento dos dados contidos nesse processo cartorial juntamente com informações identificadas no Banco de Dados dos Assentos de Batismo foi possível construir algumas inferências sobre o núcleo familiar¹¹ do tipógrafo.

Nos autos do processo *de tutoria*, dona *Joanna Maria do Rosario Costa*, em 1873 anexou dois pedidos das certidões de batismos das duas primeiras filhas, Calecina e Elysia, ao então Vigário⁴² da Matriz de Nossa Senhora das Neves. Por meio destes registros¹² de batismos por

¹¹ Para informações mais detalhadas do percurso de análise acerca da família do tipógrafo, ver PEIXOTO (2017).

¹² *Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa*. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba, 13 mar. 1873



escrito continha que Calecina nasceu em 22 de março de 1847 sob a condição de escravizada e que foi libertada no dia seguinte pela senhora Maria Francisca do Espírito Santo, também dona de sua mãe Joanna, segundo consta a carta de alforria que foi apresentada no momento do batismo da criança, 17 dias após sua libertação. Desta maneira, ficou explícito que tanto a primeira filha do casal quanto a própria mãe Joanna tiveram a condição de escravizadas. Segundo o resgistro de Calecina consta que foi apresentada uma carta de alforria, carta esta que não foi possível localizar até o momento.

No momento do batismo¹³ de sua segunda filha, em 1850, Elysia, descrita como parda de e filha natural da mãe Joanna Maria do Rosario, fica notório que nesse momento, a mãe, Joana incorporou *Maria do Rosario* ao seu nome, o que leva-se a pensar que ela teria alcançado sua liberdade entre os anos de 1847 a 1852, já que “os cativos recebiam prenomes, mas não sobrenomes (esta prática foi uma característica da escravidão luso-brasileira e acabava por diferenciar escravos de livres)” (CUNHA, 2013:2). O nome completo pode ser um sinal de que Joana estaria sob a condição de libertada e de que, possivelmente, escolheu esse sobrenome em homenagem a “Nossa Senhora do Rosário, protetora de muitos negros” (LIMA, 2010: 110). Infelizmente, o ano e a forma como Joana Maria do Rosário atingiu sua liberdade não podem ser indicados, pois até o momento não foi possível localizar nenhum documento em relação à mesma.

Após minhas pesquisas tanto no documento cartorial, quanto nos assentos de batismo, ainda foi possível localizar uma nota, publicada pela própria Joanna, companheira do tipógrafo, no jornal *O Publicador*:

Joanna Maria do Rosario, mãe dos menores: Callecina Rodrigues da Costa, Elysia dos Anjos Rodrigues da Costa, José Rodrigues da Costa Junior, Francisca Maria do Espírito Santo Costa, Francisco Rodrigues Godinho, Julia Austriberta Rodrigues da Costa e Joanna Ignacia Rodrigues da Costa, declara a quem interessar possa, que, por haver outras pessoas de nome igual ao da anunciante, e para prevenir qualquer dúvida que para o futuro se possa dar, assignar-se- há d'ora avante Joanna Maria do Rosario Costa. Parahyba do Norte, 5 de outubro de 1866. (O Publicador, 6 out:1866; grifos meus).

A partir deste anúncio Joanna esclareceu qualquer dúvida sobre o matrimônio com o tipógrafo, já que, para não ser confundida com outras *Joannas*, resolveu adotar, daquele momento

¹³ (Autoamento de uma Petição de Tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa. Acervo do Cartório Monteiro da Franca, Parahyba 13 mar. 1873).



em diante, o nome de seu companheiro. Sendo assim, os dois não se casaram perante a igreja para que a mesma tivesse adicionado *Costa* ao nome, mas mostrou que possuía sim uma relação sólida com o tipógrafo por adotar o sobrenome de seu companheiro e pai de seus filhos. Dos sete filhos descritos neste extrato, foi possível identificar todos os assentos de batismos exceto o de *Franciso Rodrigues Godinho*, e a partir da análise desses registros consegui identificar que dos seis padrinhos dos filhos de José Rodrigues da Costa com sua companheira Joanna Maria do Rosário, três dos padrinhos possuíam patente militar, além disso, um médico, um padre e um comerciante.

Com isso, percebeu-se que a utilização das relações de compadrio foram “sem sombra de dúvida, um poderoso mecanismo de ampliação das redes clientelares” (BRÜGGER, 2003, p.4), sendo assim, acreditou-se que José Rodrigues da Costa e sua companheira se utilizaram dos artifícios culturais e políticos à época para escolheram os padrinhos de seus filhos, principalmente, por estarem inseridos na lógica social escravagista e hierárquica, o que fica nítido pelo perfil social dos padrinho em que três dos padrinhos possuíam patentes militares, um deles era representante do clero, um comerciante e outro médico. Desta maneira, por meio do compadrio, compreendeu-se que a relação que o tipógrafo estabeleceu com a sociedade na qual viveu, foi marcada por “redes de alianças e interesses que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor” (MARTINS, 2007:95).

Todavia, para compreender a inserção de José Rodrigues da Costa, enquanto tipógrafo, na capital, é preciso conhecer o cenário da imprensa no qual ele estava inscrito, já que as relações formais, informais e de sociabilidades se constituíram, muitas vezes, pelos espaços urbanos ao longo do século XIX (MOREL; BARROS, 2003). Para tanto, localizei vinte e oito¹⁴ títulos de periódicos entre as décadas de 1830 a 1860, e como consequência desta análise percebi algumas características desta conjuntura da imprensa na capital da província.

Desta maneira, por meio dos jornais analisados, foi possível inferir que a grande maioria saía de uma a duas vezes por semana, exceto *O Publicador*, lançado em 1862 por José Rodrigues da Costa, que era de publicação diária. Em relação aos jornais da província da Parahyba analisados observou-se que geralmente estes possuíam quatro páginas e normalmente finalizavam com a seção *annuncios* ou *avizos*, mas em alguns jornais também encontrou-se a seção de

¹⁴ Para mais informações ver PEIXOTO (2017).



“correspondência”. Adicionado a isso, também é possível inferir que os periódicos, em sua maioria, “Poderiam ser comprados no próprio local de impressão [...] Algumas folhas utilizaram espaços consolidados de comércio, como **lojas**, tabernas e **boticas**” (MOREIRA, 2006:127; grifos meus). Além dessas características, foi possível perceber a pouca variação no preço dos jornais, vendidos em uma média de 80 a 100 réis, entre 1830 e 1840, e de 100 a 200 réis nas décadas de 1850 e 1860, o que tornou os periódicos, de certa maneira, acessíveis perante a sociedade imperial.

Desde os primórdios da imprensa paraibana se observa a predominância dos espaços de produção da palavra impressa na Rua Direita (atual Duque de Caxias) e, após análises dos jornais localizados, percebi que outras ruas também tiveram este protagonismo, como a Rua Nova (Av. General Osório), a Rua das Trincheiras, a Rua da Baixa (atual trecho entre a Igreja da Misericórdia e a Rua Guedes Pereira) e a Rua da Areia, além do aparecimento da Rua das Convertidas (atual Av. Maciel Pinheiro) na década de 1860. Tanto na parte alta da cidade, constituída por ruas como a Rua Direita, Nova, das Trincheiras e da Baixa, como na parte baixa, Rua da Areia e Convertidas, percebe-se que a imprensa circulou nas duas parte mais importantes da capital da província paraibana.

A Rua Direita, que abarcou a tipografia de José Rodrigues da Costa por três diferentes casas – de número 8, 6 e 20 –, possuía a concentração de parte dos sobrados de ar senhorial, levando a crer que muitas das pessoas pertencentes às elites moravam, ou possuíam casas nesta importante rua. Desta maneira, o tipógrafo soube escolher muito bem a localização de seu estabelecimento, pois ao que parece, fora este um ponto que contribuiria ainda mais para a reputação de sua tipografia. Além disso, gostaria de destacar que identifiquei no jornal *O Publicador*¹⁵, um extrato sobre a *Collecta da décima urbana*¹⁶ dos anos de 1864 e 1866 em Simplício Narciso de Carvalho, padrinho de uma das filhas de José Rodrigues da Costa, era o proprietário da casa de número 20 na Rua Direita, que abrigou a tipografia de José Rodrigues da Costa dos anos de 1856 a 1858 e de 1862 a 1866, indicando que as relações de compadrio também influenciaram sua ação enquanto tipógrafo.

¹⁵ No exemplar de 11 de abril de 1864 n.481 e no de 9 de abril de 1866, n.1073. Disponível em: <www.memoria.bn.br>

¹⁶ Imposto criado pelo governo sobre os donos dos prédios urbanos visando aumentar as rendas públicas, criado pelo Alvará de 27 de junho de 1808.

Disponível em: <camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_20.pdf#page=2>



Voltando o olhar para o universo do que foi impresso na tipografia de José Rodrigues da Costa, foi possível identificar a publicação de relatórios, falas e exposições de presidentes e vice-presidentes de província, sucessivamente de 1848-1852 e em 1864. Além destes documentos a tipografia dele também fora responsável pela impressão de algumas *Colleções de Leis Provinciais*, publicadas entre os anos de 1848 a 1865, totalizando dezesseis impressões, sendo as de 1841 e 1844 reimpressas em 1862. Todavia, suponho que muitas publicações tenham sofrido o desgaste do tempo, e por um motivo ou outro não foram preservadas, mas é possível que a tipografia tenha sido responsável pela impressão de mais documentos, ainda que até o momento só foi possível a localização das publicações já referidas.

Sendo assim, percebeu-se que havia entre elas uma quantidade expressiva de documentos referentes ao poder provincial sob a responsabilidade do tipógrafo de editar e publicar, independente do partido dos governantes, pois já que a província paraibana não possuía uma imprensa dita oficial, dependia das tipografias e jornais existentes para publicar seus atos, assim como a imprensa também dependia de contratos com o governo, publicando despachos e expedientes. Desta maneira, percebe-se a existência de uma relação de dupla dependência, situação esta já alertada por José Murilo de Carvalho (2008), quando afirmou que a imprensa “não constituía poder independente do governo e da organização partidária” (CARVALHO, 2008:54).

Foram impressos na tipografia de José Rodrigues da Costa, uma média 12 jornais entre os anos de 1849 a 1866. Em 1849 foram impressos *O Espreitador*, *Correio Oficial Parahybano* e *A Ordem*; no ano de 1850 *o Alva* e *O Governista Parahybano*; em 1853 o *Jornal da Assembléa Legislativa Provincial da Parahyba*; em 1854 o jornal *A Matraca*; *O Parahybano em 1855*; no ano de 1856, *A Epocha*; em 1860, *O Imparcial*; em 1861 o *Diário da Parahyba*, e em 1862 o jornal *O Publicador*. Dos doze periódicos descritos apenas *A Ordem* não se encontra na lista dos impressos elaborada por Martins (1978) em sua obra. E, os únicos que não foram localizados até o momento foram *O Espreitador* e *A Matraca*.

Em relação aos escritos de autores paraibanos, o tipógrafo imprimiu os seguintes títulos: *Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva* (1848); *Lições de Rethorica* por Manoel Caetano Vellozo (1849); *Ensaio para a estatística da provincia da Parahyba do Norte. Parte I*, de



Francisco Pereira da Silva (1850); *Vida e Poezias* do Capitam-Mor Francisco Xavier Monteiro da Franca (1854); *A Pagina um Album ou Algumas Horas de Descanço de Um Empregado de Fazenda por Hum Piauhyense Official da Secretaria da Thesouraria de Fazenda da Provincia da Parahyba* (1861); *Instruções Sanitarias Populares por Dr. Antonio da Cruz Cordeiro* (1862); *Mosaico: Poesias traduzidas* de Joaquim Maria Serra Sobrinho (1865).

Em, 1862, acredita-se que José Rodrigues da Costa atingiu o ápice de sua atuação como intermediário da cultura escrita, lançando *O Publicador*, este que foi o primeiro jornal de impressão diária na província (MARTINS, 1978:174), além de ter sido, durante o período imperial, um dos mais duradouros, pois circulou de 1862 até o ano de 1886.

“O Publicador he propriedade de José Rodrigues da Costa. Publica-se diariamente, e subscreve-se nesta Typographia [...]” (*O Publicador*, n.1,1862), extrato esse retirado de seu cabeçalho, que fazia questão de explicitar quem era o seu proprietário. Em relação à materialidade deste, foi possível localizar exemplares do ano de 1862, a partir do número 2 ao número 101 referentes aos dias 2 de setembro até 31 de dezembro de 1862, respectivamente, no Arquivo Privado M. de Almeida, além dos anos de 1864 a 1866 presentes no acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Já os exemplares de 1863 não foram localizados até o fechamento desse trabalho. Ao longo do ano de 1862, por meio de análise dos números, foi possível perceber que o conteúdo do jornal estava disposto por duas colunas e por algumas seções fixas como *Parte Official*, *Registro Noticioso* e *Annuncios*. Em 1864, o continuou sendo estruturado em quatro páginas e também ao longo dos outros anos, mas, passou a ser dividido em três colunas, ao invés de duas. Assim como em 1862, entre o período de 1864 a 1866, em suas primeiras duas páginas, vinham notícias de cunho oficial, intitulada de *Parte Official*. Alguns exemplares traziam, entre a terceira e quarta página, seções intituladas de *Variedades*, *Miscellanea* e *Litteratura* (folhetins, crônicas e notícias diversas) e sempre na última página a seção de *Annuncios*, estes que tanto podiam tomar apenas o final da página, como a última página por inteiro, a depender de seu conteúdo.

Em pesquisas nas páginas de *O Publicador*, consegui identificar algumas pessoas que auxiliaram José Rodrigues da Costa na publicação de seu jornal, sendo eles: dois tipógrafos, João Francisco Soares e José Eduardo da Silva Pinto; Padre Lindolfo José Correa das Neves fora Redator além de Lindolfo Malaquias do Rosario, que era o cobrador, o responsável por receber



tanto o pagamento das assinaturas quanto as publicações dos leitores. Portanto, apenas posso afirmar que, de fato, esses quatro homens trabalharam na tipografia de José Rodrigues da Costa, mas devido à prática do anonimato adotado nas páginas do jornal *O Publicador*, não posso garantir quem foram os outros possíveis redatores.

Portanto, é possível inferir que a tipografia de José R. da Costa estivera dentro do processo de circulação da cultura letrada por vários motivos aqui apresentados, pelas notícias sobre a província, a Corte e outras localidades do mundo nas páginas de seus impressos, pelos romances, folhetins e crônicas presentes nos impressos que publicara e, principalmente, por ofertar materiais que estavam diretamente ligados ao mundo da leitura, escrita e da instrução.

Considerações Finais

José Rodrigues da Costa, enquanto tipógrafo, esteve marcado nas páginas da historiografia por ter sido o proprietário tanto de uma tipografia quanto de um dos jornais mais duradouros do período imperial na província paraibana. Foi por meio da obra de Eduardo Martins (1978) que o tipógrafo ganhou um breve destaque, mas que permaneceu nas sombras da trajetória de sua tipografia – que continuou sob a direção de seus filhos. Desta forma, gostaria de reforçar a importância da obra de Martins (1978) para este trabalho, pois foi um ponto de partida fundamental para que eu seguisse os vestígios, inclusive buscando em outras fontes, o que me fez não só encontrar informações divergentes das que havia no livro de Martins (1978) como também me possibilitou acrescentar fatos que não foram sequer mencionados pelo autor. Dentre eles estão o fato de ter encontrado mais de um indício de que o tipógrafo era natural da Província paraibana, rompendo com a ideia de que um “português” teria sido o responsável por tanta credibilidade e qualidade no mundo da impressão em uma província brasileira; em relação à sua vida pessoal, foi possível perceber que o tipógrafo realmente tivera um relacionamento com dona Joanna Maria do Rosario, que possuía a condição de ex-escravizada, e de que o casal tivera sete filhos, não cinco, como se pensava até então. Também foi possível compreender que a Rua Direita, que abrigou a tipografia de José Rodrigues da Costa por três diferentes casas, também foi o endereço de oficinas tipográficas, como também dos mais variados espaços que contribuíram para a difusão das letras na capital.



Somado à isso também ficou nítida a estreita relação na qual o tipógrafo estabeleceu com o poder provincial, imprimindo vários gêneros de impressos oficiais de ambos os lados políticos, tanto conservador quanto liberal. Tendo em vista que ele era contratado para imprimir atos do governo – que não possuía um órgão próprio de imprensa –, ficou visível que o tipógrafo recebeu grandes quantias por esses trabalhos, faturando mais do que com os jornais com baixo lucro, pois sobreviviam das assinaturas, o que explicitou ainda mais a relação de dependência existente entre a imprensa e o estado.

Sendo assim, a partir dessa relação direta com o poder provincial, vi que o tipógrafo, por meio da utilização de práticas das culturas políticas à sua época, conseguiu estar rodeado de pessoas, não apenas socialmente, mas politicamente influentes na província. Outro ponto a se destacar foi o pertencimento, em sua maioria, dos redatores dos jornais e dos autores dos escritos impressos por José R. da Costa, aos mais variados espaços de poder: instrução, saúde, justiça, guarda nacional, exército, engenheiros, além de também terem assumido funções públicas, divulgando ou criticando atos do governo.

Sendo assim, acredito que o tipógrafo atingiu seu ápice enquanto intermediário da cultura escrita quando fundou o jornal *O Publicador*, de sua propriedade e o primeiro de publicação diária, entretanto, tal fato, na minha concepção só se tornou possível devido uma junção de fatores ao seu favor: a sua estreita relação com Padre Lindolfo, principal redator; um corpo de funcionários qualificados; um bom maquinário e, principalmente, as amplas redes de sociabilidades estabelecidas pelo tipógrafo, por suas ligações com o poder provincial e pelo círculo de amigos constituído por ele nos mais variados espaços sociais de poder.

Referências:

Fontes e Acervos:

Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <www.memoria.bn.br>
Livro dos Irmãos da Misericórdia, 1872, Arquivo da Santa Casa de Misericórdia;
Arquivo Privado Maurílio de Almeida;
Assentos de Batismo, 1833-1866 - Arquivo Eclesiástico (AEPB). Resultado da Pesquisa do Projeto Gente Negra na Parahyba Oitocentista: redes sociais e arranjos familiares, coordenado pela Prof. Dra. Solange P. Rocha (DH/PPGH/NEABI). PIBIC/CNPq/PRPG/UFPB-2009-2011-(CD-ROM);
Autoamento de petição de tutoria de Joanna Maria do Rosário Costa, 1873. Cartório Monteiro da Franca;



Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930). Relatórios dos Presidentes de Província;

Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>

Bibliografia:

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: **Para uma história cultural**. RIOUX & SIRINELLI (org.). Lisboa: Estampa, 1988.

BEZERRA, Alcides. A Imprensa da Parahyba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, ano XIV, v. 5, p. 51-64. Parahyba: Imprensa Oficial, 1922.

BRASIL. **Alvará de 27 de junho de 1808**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-><http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm> Acesso em 15 de abril de 2016.

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Pequeno dicionário dos escritores / jornalistas da Paraíba do século XIX**: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand. João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>> Acesso em 20 de maio de 2016.

_____. Intermediários da leitura na Paraíba do Oitocentos: livreiros e tipógrafos. In: **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. ABREU, Márcia; BRAGANÇA, Aníbal (orgs). São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BRIGUE. **Moderno Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa**. Data de acesso. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>> Acesso em 20 de maio de 2016.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial; **Teatro das sombras**: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. . **A mão do autor e a mente do editor**. Trad. George Schlesinger. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CUNHA, Maísa Faleiros da. Práticas de nomeação entre escravos. In: X CONGRESO ASOCIACIÓN DE DEMOGRAFÍA HISTÓRICA, 2013, Albacete - Espanha. **Actas do X Congresso da Associação de Demografia Histórica**. Madrid - Espanha: ADEH/CCHS-CSIC, 2013. v. 10. p. 1-29.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette Mídia, Cultura e Revolução**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



LEAL, José. **A Imprensa na Paraíba**. João Pessoa: União, 1962.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade interdita, liberdade reavida: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX)**. 2010. 378f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MARIANO, Serioja R. C ;MARIANO, Nayana R.C. O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). **Fênix Revista de História e Estudos Culturais**. v. 9, ano IX, n. 3, p. 1-20, set./ out./ nov./ dez. 2012.

MARTINS, Eduardo. **A Tipografia do Beco da Misericórdia: apontamentos históricos**. Governo do Estado da Paraíba, 1978.

MARTINS, Maria Fernanda. O Círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 93-122, 2007.

MOREIRA, Luciano da Silva. **Imprensa e Política: Espaço público e cultura política na província de Minas Gerais (1828-1842)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum/FAPEMIG, 2014.

PEIXOTO, Thayná Cavalcanti. **José Rodrigues da Costa: um tipógrafo na Cidade da Parahyba(1848 – 1866)** 2017. 153f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível na Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/98/mode/1up>> Acesso em 20 de maio de 2016.

RÊGO FILHO, Antonio Serafim. **Síntese Histórica do Jornalismo na Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 1963.

SILVA, Francisco Pereira da. **Memorias das Viagens que em cumprimento às ordens do Governo Provincial fez o 2º Tenente de Engenheiros Francisco Pereira da Silva pelo interior da Provincia da Parahyba do Norte nos anos de 1846 e 1847**. Cidade da Parahyba: Typographia de José Rodrigues da Costa, 1848.



SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: **Por uma História Política**. RÉMOND, René (org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

SILVA, Nereida Soares Martins. Santa Casa dos mortos: Ritos fúnebres, misericórdia e relações de poder na Paraíba oitocentista. In: II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES/XV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DAS RELIGIÕES, 2016, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: ABHR, 2016. pp.1-10. Disponível em: <http://www.simpósio.abhr.org.br/resources/anais/6/1473987883_ARQUIVO_Trabalhocompleto_formatadoABHR2016.pdf> Acesso em 26 de novembro de 2016.